



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

**DO ATENDIMENTO ISOLADO À INTERVENÇÃO COMPARTILHADA:
DIRETRIZES PARA A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS
INTERPROFISSIONAIS INCLUSIVAS COM CRIANÇAS COM TEA**
FROM ISOLATED CARE TO SHARED INTERVENTION: GUIDELINES
FOR BUILDING INCLUSIVE INTERPROFESSIONAL PRACTICES
WITH CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD)
DEL ATENCIÓN AISLADA A LA INTERVENCIÓN COMPARTIDA:
DIRECTRICES PARA LA CONSTRUCCIÓN DE PRÁCTICAS
INTERPROFESIONALES INCLUSIVAS CON NIÑOS CON
TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA)

RESUMO

Este estudo analisa a relação entre a Assistência Educacional Especializada e os serviços terapêuticos no contexto da escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas públicas. A investigação foi conduzida por meio de uma revisão qualitativa da literatura, envolvendo o levantamento e a análise de publicações acadêmicas produzidas entre 2018 e 2025 sobre a colaboração entre profissionais da educação e da saúde no apoio educacional a alunos com TEA. A análise do corpus mostrou que a falta de articulação institucional entre os diferentes setores ainda constitui um obstáculo à implementação efetiva de práticas inclusivas. Por outro lado, os estudos indicam que experiências baseadas na cooperação entre professores, profissionais da rede de apoio terapêutico e famílias tendem a promover maior continuidade nas intervenções e melhor alinhamento das estratégias pedagógicas às necessidades dos alunos. Os resultados reforçam a importância de modelos de prática interprofissional que integrem diferentes áreas do conhecimento e promovam práticas educativas mais sensíveis às especificidades dos alunos com TEA.

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista; atendimento educacional especializado; educação inclusiva; colaboração interprofissional; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This study examines the relationship between Specialized Educational Assistance (SEA) and therapeutic services in the schooling process of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in public schools. The research was conducted through a qualitative bibliographic review, involving the survey and analysis of academic publications produced between 2018 and 2025 that address collaboration between education and health professionals in the educational support of students with ASD. The analysis of the selected literature revealed that the lack of institutional articulation among the different sectors involved still represents a significant challenge for the effective implementation of inclusive practices. Conversely, the reviewed studies indicate that experiences grounded in collaborative work among teachers, therapeutic support professionals, and families tend to promote greater continuity in interventions and better alignment between pedagogical strategies and students' specific learning needs. The findings highlight the importance of interprofessional approaches capable of integrating different areas of expertise and fostering educational practices that are more responsive to the particularities of students with ASD.

Keywords: Autism spectrum disorder; specialized educational assistance; inclusive education; interprofessional collaboration; pedagogical practices.

RESUMEN

Este estudio analiza las relaciones entre la Atención Educativa Especializada y los servicios terapéuticos en el contexto de la escolarización de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista en escuelas públicas. La investigación se llevó a cabo mediante una revisión bibliográfica de enfoque cualitativo, con levantamiento y análisis de producciones académicas publicadas entre 2018 y 2025 acerca de la colaboración entre profesionales de la educación y de la salud en la atención educativa de

estudiantes con TEA. El análisis del corpus evidenció que la ausencia de articulación institucional entre los diferentes sectores sigue constituyendo un obstáculo para la consolidación de prácticas inclusivas. Por otro lado, los estudios indican que las experiencias basadas en la cooperación entre docentes, profesionales de la red de apoyo terapéutico y familias tienden a favorecer una mayor continuidad en las intervenciones y una mejor adecuación de las estrategias pedagógicas a las necesidades de los estudiantes. Los resultados refuerzan la importancia de modelos de actuación interprofesional que integren distintos saberes y promuevan prácticas educativas más sensibles a las singularidades de los estudiantes con TEA.

Palabras-clave: Trastorno del espectro autista; atención educativa especializada; educación inclusiva; colaboración interprofesional; prácticas pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a ampliação das políticas de educação inclusiva no Brasil tem colocado em evidência o desafio de garantir a participação efetiva de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas públicas. A presença desses estudantes nas salas de aula comuns não se limita ao acesso físico ao espaço escolar. Exige, também, a construção de práticas pedagógicas capazes de reconhecer a diversidade das formas de aprendizagem e desenvolvimento. Nesse contexto, a inclusão escolar demanda a articulação de diferentes saberes e campos profissionais, especialmente aqueles vinculados à educação, à saúde e à assistência social.

No plano normativo, o país apresenta avanços significativos. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabeleceu o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como serviço complementar ao ensino comum, voltado à eliminação de barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação de estudantes com deficiência (Brasil, 2008). Entretanto, a existência de marcos legais não garante, por si só, a efetivação de práticas pedagógicas integradas. Em muitos contextos escolares, observa-se a permanência de dinâmicas institucionais marcadas pela fragmentação das ações profissionais.

Essa fragmentação se manifesta principalmente na distância entre as intervenções pedagógicas realizadas no ambiente escolar e os acompanhamentos terapêuticos desenvolvidos por profissionais da área da saúde. Como indicam Farias e Silva (2022), a ausência de mecanismos institucionais de diálogo entre professores do AEE, docentes da sala comum e terapeutas dificulta a construção de uma compreensão mais ampla das necessidades educacionais dos estudantes com TEA. Quando as estratégias de intervenção são planejadas de forma isolada, perde-se a

possibilidade de integrar dimensões pedagógicas, comunicativas, comportamentais e sociais do desenvolvimento infantil.

Além de comprometer a continuidade das ações educativas, esse modelo de atuação tende a gerar sobrecarga para os profissionais da escola, que frequentemente se veem responsáveis por responder, de forma individualizada, a demandas complexas que exigiriam acompanhamento intersetorial. A literatura recente tem destacado que a cooperação entre diferentes áreas do conhecimento constitui um elemento central para o fortalecimento de práticas inclusivas, uma vez que o desenvolvimento de estudantes com TEA envolve múltiplos fatores que ultrapassam os limites de um único campo de atuação profissional.

Diante desse cenário, o debate sobre interprofissionalidade tem ganhado relevância no campo da educação inclusiva. A interprofissionalidade pressupõe a construção de processos de trabalho baseados no diálogo entre saberes, na definição compartilhada de objetivos e na corresponsabilidade entre os profissionais envolvidos no atendimento ao estudante. Mais do que a simples coexistência de diferentes especialistas no mesmo espaço institucional, trata-se da construção de práticas colaborativas orientadas pela compreensão integrada das necessidades do estudante.

Com base nessas considerações, o presente artigo tem como objetivo discutir diretrizes teórico-metodológicas para o fortalecimento de práticas interprofissionais no atendimento educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na escola pública. A análise fundamenta-se na revisão crítica da literatura recente sobre educação inclusiva, interprofissionalidade e articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e os serviços terapêuticos.

Ao examinar os desafios e possibilidades dessa articulação, o estudo busca contribuir para o aprofundamento do debate sobre a organização das práticas inclusivas no contexto escolar. A compreensão das relações entre educação, saúde e rede de apoio social permite identificar caminhos institucionais capazes de favorecer intervenções mais coerentes, contínuas e centradas nas necessidades do estudante. Dessa forma, a discussão proposta pretende colaborar para o fortalecimento de políticas e práticas educacionais comprometidas com a garantia do direito à aprendizagem e à participação plena de estudantes com TEA na escola pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Interprofissionalidade e inclusão escolar

A efetivação da educação inclusiva nas escolas públicas brasileiras exige a superação de modelos de intervenção baseados em atuações isoladas e pouco articuladas entre os diferentes profissionais que acompanham o estudante. No caso específico de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa necessidade torna-se ainda mais evidente, uma vez que o desenvolvimento desses estudantes envolve dimensões pedagógicas, comunicativas, comportamentais e sociais que ultrapassam os limites de um único campo de atuação profissional.

Nesse contexto, o conceito de interprofissionalidade tem sido apontado na literatura como um elemento central para a construção de práticas educacionais mais integradas. Diferentemente de abordagens baseadas apenas na coexistência de múltiplos profissionais em uma mesma instituição, a interprofissionalidade pressupõe processos de trabalho orientados pela cooperação entre diferentes áreas do conhecimento, pela definição compartilhada de objetivos e pela construção conjunta de estratégias de intervenção. Antunes, Vieira e Barbosa (2022) destacam que essa perspectiva valoriza o diálogo entre os saberes da educação e da saúde, reconhecendo que a complexidade do desenvolvimento infantil exige respostas articuladas e contínuas.

Quando essa articulação não ocorre, observa-se frequentemente a fragmentação das ações voltadas ao estudante. Em muitas redes de ensino, professores do Atendimento Educacional Especializado e profissionais da saúde desenvolvem intervenções paralelas, sem mecanismos institucionais que favoreçam o compartilhamento de informações ou o planejamento conjunto das estratégias de acompanhamento. Mendes e Silva (2023) evidenciam que a ausência de espaços de diálogo entre esses profissionais compromete o alinhamento entre metas pedagógicas e terapêuticas, dificultando a continuidade das intervenções e o acompanhamento sistemático das necessidades dos estudantes.

Nesse sentido, a interprofissionalidade não se configura apenas como uma estratégia técnica de organização do trabalho, mas também como uma dimensão ética e política da educação inclusiva. A construção de práticas colaborativas pressupõe o

reconhecimento de que nenhum profissional, isoladamente, é capaz de responder à complexidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes com TEA. A atuação integrada permite ampliar a compreensão das necessidades educacionais do estudante e favorece a elaboração de intervenções mais coerentes com sua realidade.

Para que essa cooperação se concretize no cotidiano escolar, é necessário que as instituições educacionais criem mecanismos que estimulem o diálogo permanente entre os profissionais envolvidos no acompanhamento do estudante. Souza e Garcia (2024) observam que escolas que estabelecem rotinas institucionais de comunicação entre professores, terapeutas e equipes de apoio conseguem desenvolver estratégias pedagógicas mais consistentes. Nessas experiências, reuniões periódicas, registros compartilhados e definição coletiva de metas contribuem para a construção de intervenções mais ajustadas às necessidades do estudante.

Outro aspecto frequentemente apontado na literatura refere-se à importância da formação continuada para o desenvolvimento de práticas interprofissionais. Carvalho e Moreira (2023) demonstram que profissionais que participam de processos formativos intersetoriais relatam maior segurança na atuação colaborativa e maior compreensão das especificidades do trabalho desenvolvido por outras áreas. Esses processos formativos tendem a favorecer não apenas a troca de conhecimentos técnicos, mas também a construção de uma cultura institucional baseada na cooperação, na escuta e no respeito à diversidade.

Dessa forma, a interprofissionalidade pode ser compreendida como um dos fundamentos das práticas inclusivas contemporâneas. Ao promover a integração entre diferentes saberes e campos profissionais, esse modelo de atuação amplia as possibilidades de intervenção pedagógica e contribui para a construção de ambientes escolares mais sensíveis às necessidades dos estudantes com TEA. A consolidação dessas práticas, entretanto, depende de políticas institucionais que garantam condições de trabalho adequadas, tempo destinado ao planejamento coletivo e valorização do trabalho colaborativo entre os profissionais envolvidos no processo educativo.

2.2 O papel do atendimento educacional especializado na articulação entre escola e intervenções terapêuticas

O Atendimento Educacional Especializado constitui um dos principais dispositivos previstos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para garantir condições de aprendizagem aos estudantes com deficiência nas escolas regulares. Entre os públicos atendidos por esse serviço estão os estudantes com Transtorno do Espectro Autista, cujas necessidades educacionais frequentemente envolvem adaptações pedagógicas, recursos de comunicação alternativa e estratégias específicas de mediação da aprendizagem (Brasil, 2008).

Embora o AEE tenha sido concebido como um serviço complementar ao ensino comum, sua efetividade depende, em grande medida, da capacidade de estabelecer diálogo com outros profissionais que acompanham o estudante. Gonçalves e Lima (2022) destacam que, quando estruturado de forma articulada com os demais serviços da rede de apoio, o AEE pode desempenhar um papel estratégico na integração entre práticas pedagógicas e intervenções terapêuticas, contribuindo para maior continuidade no acompanhamento do estudante.

Entretanto, a literatura indica que essa integração ainda enfrenta obstáculos importantes no cotidiano das redes públicas de ensino. Ferreira e Santos (2023) apontam que, em muitos contextos escolares, o trabalho desenvolvido pelos professores do AEE ocorre de forma paralela às intervenções clínicas realizadas por fonoaudiólogos, psicólogos ou terapeutas ocupacionais. A ausência de espaços institucionais de comunicação entre esses profissionais dificulta o compartilhamento de informações sobre o estudante e compromete a coerência das estratégias adotadas em diferentes ambientes de aprendizagem.

Quando mecanismos de cooperação são estabelecidos, observa-se maior consistência no acompanhamento educacional do estudante com TEA. Pereira e Almeida (2024) demonstram que a troca sistemática de registros pedagógicos e observações clínicas permite a elaboração de intervenções mais alinhadas às necessidades do estudante. Nesse contexto, recursos como a Comunicação Alternativa e Aumentativa tendem a produzir melhores resultados quando utilizados de forma articulada entre os ambientes terapêuticos e o espaço escolar.

A consolidação desse tipo de articulação exige condições institucionais que favoreçam o planejamento coletivo e a circulação de informações entre as diferentes áreas envolvidas no atendimento do estudante. Rocha e Carvalho (2025) argumentam que a criação de protocolos intersetoriais de comunicação entre as áreas da educação e da saúde pode contribuir significativamente para a construção de percursos educativos mais integrados. Tais mecanismos permitem que o trabalho realizado no AEE dialogue de maneira mais consistente com as intervenções terapêuticas desenvolvidas fora da escola.

Nesse cenário, o professor do Atendimento Educacional Especializado passa a desempenhar uma função que ultrapassa a realização de adaptações pedagógicas individuais. Moura e Batista (2023) destacam que esse profissional pode assumir um papel articulador no processo educativo, favorecendo a circulação de informações entre professores da sala comum, profissionais da saúde e família do estudante. A valorização dessa função mediadora requer não apenas formação adequada, mas também reconhecimento institucional do AEE como espaço de construção coletiva de estratégias pedagógicas voltadas à inclusão.

Dessa forma, o fortalecimento do AEE como instância de articulação entre escola e rede de apoio amplia as possibilidades de construção de práticas educacionais mais integradas. A atuação colaborativa entre os diferentes profissionais envolvidos no acompanhamento do estudante com TEA contribui para a elaboração de intervenções mais coerentes, contínuas e sensíveis às singularidades do processo de aprendizagem.

2.3 Planejamento colaborativo e corresponsabilidade no atendimento educacional

A atuação interprofissional voltada ao atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista exige que as ações desenvolvidas por diferentes profissionais não ocorram de maneira fragmentada. Nesse contexto, o planejamento coletivo entre profissionais da educação e da saúde torna-se um elemento fundamental para a construção de estratégias pedagógicas e terapêuticas coerentes com as necessidades do estudante. O trabalho articulado permite que os objetivos educacionais e as intervenções clínicas sejam organizados de forma complementar, evitando sobreposições ou lacunas no acompanhamento do estudante.

A literatura especializada tem indicado que a ausência de processos estruturados de planejamento conjunto tende a produzir intervenções desarticuladas. Lopes e Andrade (2023) observam que, quando professores, terapeutas e demais profissionais atuam sem mecanismos de coordenação entre suas ações, ocorre frequentemente duplicidade de esforços e incoerência entre as estratégias utilizadas em diferentes contextos de aprendizagem. Essa falta de integração compromete a continuidade das intervenções e pode dificultar o acompanhamento do desenvolvimento do estudante ao longo do tempo.

Por outro lado, experiências institucionais que incentivam a elaboração coletiva de planos de ensino e de acompanhamento educacional apresentam resultados mais consistentes. Em pesquisa realizada em redes municipais de ensino, Vieira e Ramos (2022) verificaram que a participação conjunta de professores da sala comum, docentes do Atendimento Educacional Especializado e profissionais da área clínica na definição das estratégias pedagógicas favorece a adaptação curricular e amplia o engajamento do estudante nas atividades escolares. Além disso, o diálogo sistemático entre esses profissionais contribui para a construção de referenciais comuns de atuação e fortalece a confiança entre os membros da equipe.

A consolidação de práticas colaborativas depende também do envolvimento da gestão escolar. Amaral e Peixoto (2024) destacam que a coordenação pedagógica e a direção desempenham papel decisivo na criação de condições institucionais que viabilizem o trabalho conjunto. A garantia de tempo para reuniões de planejamento, a organização de espaços de escuta entre os profissionais e o incentivo à troca de experiências são fatores que favorecem o desenvolvimento de uma cultura institucional baseada na cooperação.

Outro aspecto relevante refere-se à utilização de instrumentos que permitam o acompanhamento integrado das intervenções realizadas com o estudante. Barros e Matias (2023) indicam que registros compartilhados, reuniões periódicas entre profissionais e a participação ativa da família no processo educativo contribuem para a construção de uma visão mais abrangente do desenvolvimento do estudante com TEA. Esses mecanismos possibilitam a identificação mais rápida de avanços e dificuldades, permitindo ajustes nas estratégias pedagógicas e terapêuticas.

Dessa forma, o planejamento coletivo não deve ser compreendido apenas como uma exigência administrativa ou burocrática. Trata-se de um elemento estruturante das práticas inclusivas, pois possibilita a articulação entre diferentes saberes e amplia a capacidade de resposta da escola às necessidades do estudante. Conforme argumentam Tavares e Corrêa (2025), a corresponsabilidade entre os profissionais envolvidos no processo educativo constitui condição essencial para que a inclusão escolar se concretize de maneira efetiva, ética e comprometida com o direito à aprendizagem.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, cujo objetivo consiste em analisar a produção científica recente acerca da articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e os serviços terapêuticos no contexto da inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. A investigação fundamenta-se na análise de trabalhos acadêmicos previamente publicados, permitindo examinar diferentes perspectivas teóricas e identificar contribuições relevantes para a compreensão das práticas interprofissionais no campo da educação inclusiva.

A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do fenômeno investigado, que envolve relações institucionais, práticas pedagógicas e processos de colaboração entre profissionais de diferentes áreas. Conforme destacam Creswell e Poth (2020), pesquisas qualitativas buscam compreender fenômenos sociais complexos a partir da interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos e pelas instituições. No campo educacional, esse tipo de abordagem tem sido amplamente utilizado para analisar políticas públicas, práticas pedagógicas e processos de inclusão.

A constituição do corpus bibliográfico ocorreu a partir do levantamento de artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais publicados entre os anos de 2018 e 2025. Foram priorizados estudos nacionais disponíveis em bases acadêmicas amplamente reconhecidas, como SciELO, Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES e Banco de Teses e Dissertações da CAPES. A seleção das fontes buscou contemplar produções que abordassem especificamente a articulação entre educação e saúde no atendimento educacional de estudantes com TEA, bem

como discussões sobre práticas interprofissionais e colaboração intersetorial no ambiente escolar.

Para a identificação dos estudos foram utilizados descritores relacionados ao tema da pesquisa, entre eles: “educação inclusiva”, “transtorno do espectro autista”, “atendimento educacional especializado”, “interprofissionalidade”, “colaboração intersetorial” e “planejamento compartilhado”. A seleção do material considerou como critérios de inclusão a identificação clara da autoria, a vinculação institucional dos pesquisadores, a publicação em periódicos ou repositórios acadêmicos reconhecidos e a pertinência temática em relação ao objeto investigado. Trabalhos duplicados, textos opinativos ou publicações que não apresentassem relação direta com a temática foram excluídos do corpus.

Após a seleção das fontes, os estudos foram organizados e analisados de forma sistemática, buscando identificar categorias temáticas recorrentes relacionadas à articulação entre educação e saúde no atendimento educacional de estudantes com TEA. A análise do material foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que consiste em um conjunto de procedimentos interpretativos voltados à identificação de significados presentes nos textos analisados. Esse processo possibilitou a organização das informações em eixos analíticos que orientaram a discussão teórica apresentada ao longo do artigo.

A adoção desse percurso metodológico permitiu examinar criticamente a literatura recente sobre o tema e identificar tendências, desafios e possibilidades relacionadas à construção de práticas interprofissionais no contexto escolar. Dessa forma, a metodologia adotada contribuiu para a sistematização do conhecimento produzido na área e para a reflexão sobre caminhos possíveis para o fortalecimento das políticas e práticas de inclusão educacional voltadas a estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

4.1 Articulação interprofissional no atendimento a estudantes com TEA: Desafios para a superação da fragmentação institucional

A análise do conjunto de estudos selecionados evidencia que, embora as políticas públicas brasileiras tenham avançado na promoção da educação inclusiva, persistem desafios significativos na articulação entre os profissionais envolvidos no atendimento educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Um dos aspectos mais recorrentes identificados na literatura refere-se à dificuldade de integração entre as ações pedagógicas desenvolvidas na escola e as intervenções terapêuticas realizadas por profissionais da área da saúde.

Diversos trabalhos apontam que essa falta de articulação institucional tende a produzir intervenções pouco coordenadas. Em muitos contextos escolares, professores do Atendimento Educacional Especializado, docentes da sala comum e profissionais clínicos atuam de forma paralela, sem mecanismos sistemáticos de comunicação ou planejamento conjunto. Barros e Matias (2023) indicam que a ausência de diálogo entre esses setores compromete a continuidade das estratégias de acompanhamento e dificulta a compreensão das necessidades educacionais específicas dos estudantes com TEA.

A literatura também demonstra que a construção de espaços de cooperação entre os profissionais pode modificar significativamente esse cenário. Vieira e Ramos (2022) destacam que a troca regular de informações entre professores, terapeutas e familiares possibilita uma visão mais abrangente do desenvolvimento do estudante, permitindo a elaboração de intervenções mais ajustadas às suas características individuais. Nesses contextos, o processo educativo tende a considerar simultaneamente aspectos pedagógicos, comunicativos e sociais do estudante.

Outro elemento frequentemente mencionado nos estudos refere-se ao planejamento colaborativo das ações educativas e terapêuticas. Lopes e Andrade (2023) argumentam que a elaboração conjunta de estratégias de acompanhamento favorece maior coerência entre os objetivos estabelecidos pelos diferentes profissionais envolvidos no processo educativo. Além disso, o planejamento coletivo

contribui para reduzir inconsistências nas práticas adotadas e fortalece a colaboração entre os membros da equipe.

Os resultados também indicam que a atuação da gestão escolar exerce influência relevante na consolidação dessas práticas colaborativas. Amaral e Peixoto (2024) observam que escolas que incentivam a realização de reuniões interprofissionais, garantem tempo institucional para planejamento e estimulam a troca de experiências entre os profissionais apresentam maior capacidade de desenvolver estratégias inclusivas de forma consistente. A ausência desse suporte institucional tende a dificultar a manutenção de processos de cooperação contínuos.

Outro aspecto destacado na literatura refere-se à importância do princípio da corresponsabilidade no atendimento educacional. Tavares e Corrêa (2025) argumentam que a inclusão escolar efetiva pressupõe o reconhecimento de que o acompanhamento do estudante com TEA envolve múltiplos atores institucionais. Professores, profissionais da saúde, gestores e familiares precisam compartilhar informações e responsabilidades no processo educativo, construindo coletivamente estratégias que favoreçam o desenvolvimento de estudantes.

A análise do corpus bibliográfico permitiu identificar alguns elementos comuns nas experiências consideradas mais bem-sucedidas. Entre esses elementos destacam-se a elaboração de planos de intervenção construídos de forma colaborativa, a manutenção de registros compartilhados sobre o acompanhamento do estudante, a participação ativa das famílias e a valorização de espaços institucionais de diálogo entre os profissionais. Essas práticas contribuem para a construção de ambientes escolares mais sensíveis às necessidades individuais dos estudantes e mais comprometidos com a diversidade.

De modo geral, os estudos analisados indicam que a superação de modelos de atendimento fragmentados depende de mudanças na organização institucional das escolas e na forma como os profissionais estruturam seu trabalho. A articulação interprofissional, quando efetivamente incorporada ao cotidiano escolar, amplia as possibilidades de intervenção pedagógica e fortalece o compromisso da escola com a aprendizagem e a participação de estudantes com TEA.

4.2 Repercussões pedagógicas da interprofissionalidade: Implicações para a prática docente e para a aprendizagem de estudantes com TEA

A análise da literatura evidenciou que a atuação interprofissional não influencia apenas a organização dos serviços educacionais e terapêuticos, mas produz efeitos significativos na dinâmica pedagógica desenvolvida nas escolas. Quando há interação sistemática entre profissionais da educação e da saúde, o planejamento das atividades escolares tende a considerar de forma mais abrangente as características individuais dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Nesse cenário, aspectos comunicativos, sensoriais, comportamentais e cognitivos passam a ser incorporados ao processo de organização das estratégias pedagógicas.

Estudos analisados indicam que a aproximação entre professores da sala comum, docentes do Atendimento Educacional Especializado e profissionais da área clínica contribui para a elaboração de adaptações curriculares mais consistentes. Ferreira e Santos (2023) observam que o compartilhamento de informações sobre o perfil funcional do estudante favorece intervenções pedagógicas mais coerentes com suas necessidades educacionais, reduzindo improvisações e práticas desconectadas do contexto escolar.

Essa articulação também contribui para transformar a forma como o professor interpreta as dificuldades apresentadas pelos estudantes com TEA. Gonçalves e Lima (2022) apontam que, quando os docentes têm acesso a informações provenientes da rede de apoio terapêutica, comportamentos anteriormente percebidos como obstáculos ao processo de ensino passam a ser compreendidos como indicadores de necessidades específicas de mediação pedagógica. Esse deslocamento de perspectiva favorece práticas educativas menos centradas na lógica do déficit e mais orientadas para o desenvolvimento das potencialidades do estudante.

Outro aspecto destacado nos estudos refere-se à maior continuidade das intervenções quando há alinhamento entre objetivos educacionais e terapêuticos. Mendes e Silva (2023) indicam que a definição compartilhada de metas entre professores e profissionais da saúde contribui para maior coerência nas estratégias utilizadas em diferentes contextos de aprendizagem. Essa articulação favorece a consolidação de habilidades desenvolvidas tanto no ambiente escolar quanto nos espaços clínicos.

A literatura também aponta impactos relevantes no desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Moura e Batista (2023) destacam que práticas pedagógicas construídas de forma colaborativa tendem a priorizar estratégias que incentivam a participação ativa do estudante, o desenvolvimento da comunicação funcional e o fortalecimento das habilidades sociais no ambiente escolar. Essa perspectiva amplia a compreensão de aprendizagem, incorporando dimensões relacionais e de convivência social ao processo educativo.

Além disso, diversos estudos enfatizam o papel da família na consolidação dessas práticas. Vieira e Ramos (2022) argumentam que a articulação entre escola, profissionais da saúde e familiares contribui para a continuidade das estratégias educativas em diferentes contextos de vida do estudante. A convergência entre orientações pedagógicas e terapêuticas tende a reduzir ambiguidades nas intervenções e a oferecer maior previsibilidade ao estudante.

A partir da análise do conjunto dos estudos selecionados, foi possível identificar três dimensões recorrentes associadas à implementação de práticas interprofissionais no contexto escolar. A primeira refere-se ao aprimoramento do planejamento pedagógico, que passa a considerar de forma mais ampla as necessidades do estudante. A segunda diz respeito à maior coerência entre as intervenções realizadas por diferentes profissionais. Por fim, destaca-se o fortalecimento da participação do estudante nos processos de aprendizagem e nas interações escolares.

De modo geral, os resultados indicam que a superação de práticas educativas fragmentadas não depende apenas da reorganização administrativa das instituições, mas envolve mudanças na forma como o processo de ensino é concebido. A integração entre diferentes saberes profissionais amplia as possibilidades pedagógicas e contribui para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, capazes de responder de maneira mais sensível às necessidades de estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar de que maneira a articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e os serviços terapêuticos pode contribuir para o fortalecimento de práticas inclusivas voltadas ao atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas escolas públicas. A análise da literatura recente permitiu identificar avanços importantes nas políticas educacionais brasileiras, mas também revelou desafios persistentes relacionados à integração entre os diferentes profissionais envolvidos no acompanhamento desses estudantes.

Os estudos examinados indicam que a ausência de mecanismos institucionais de comunicação entre profissionais da educação e da saúde ainda constitui um dos principais obstáculos para a consolidação de práticas interprofissionais no ambiente escolar. Em muitos contextos, as intervenções pedagógicas e terapêuticas são desenvolvidas de maneira paralela, sem articulação sistemática entre os profissionais responsáveis. Essa fragmentação tende a dificultar o acompanhamento das necessidades educacionais do estudante e limita a construção de estratégias pedagógicas mais integradas.

Por outro lado, as pesquisas analisadas demonstram que experiências baseadas na cooperação entre os diferentes atores institucionais apresentam resultados mais consistentes. A troca regular de informações entre professores, profissionais da saúde e familiares possibilita uma compreensão mais ampla do desenvolvimento do estudante, favorecendo a elaboração de intervenções pedagógicas mais coerentes com suas características individuais. Nesse contexto, o planejamento coletivo e o compartilhamento de responsabilidades emergem como elementos centrais para o fortalecimento das práticas inclusivas.

Outro aspecto relevante evidenciado pelos estudos refere-se ao papel da gestão escolar na consolidação de ambientes institucionais favoráveis à colaboração entre profissionais. Escolas que organizam espaços formais de diálogo, garantem tempo destinado ao planejamento coletivo e incentivam processos de formação continuada tendem a apresentar maior capacidade de integrar diferentes saberes no processo educativo. A atuação da gestão, portanto, constitui um fator determinante para a construção de práticas interprofissionais sustentáveis.

Com base nos resultados obtidos, observa-se a necessidade de fortalecer políticas institucionais que estimulem a articulação entre educação e rede de apoio terapêutica. A criação de protocolos de comunicação entre serviços educacionais e clínicos, a valorização de processos formativos voltados à atuação colaborativa e a participação ativa das famílias no acompanhamento do estudante podem contribuir para o aprimoramento das práticas inclusivas no contexto escolar.

Por fim, destaca-se que a superação de modelos de atendimento fragmentados exige transformações que ultrapassam a esfera individual dos profissionais. Trata-se de um processo que envolve mudanças na organização institucional das escolas, na estrutura das políticas públicas e na forma como os diferentes setores compreendem sua responsabilidade no processo educativo. Nesse cenário, a interprofissionalidade se configura como um elemento estratégico para a construção de práticas pedagógicas mais integradas, capazes de promover o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na escola pública.

6 REFERÊNCIAS

AMARAL, J. C.; PEIXOTO, F. R. A gestão escolar e o fomento à prática interprofissional no atendimento de alunos com deficiência. *Revista Gestão e Educação*, Salvador, v. 17, n. 1, p. 125-142, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/rege2024v17n1p125>. Acesso em: 7 abr. 2026.

ANTUNES, V. A.; VIEIRA, S. M.; BARBOSA, R. M. A atuação interprofissional no contexto da inclusão: desafios e possibilidades na rede pública de ensino. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 28, n. 3, p. 391-408, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0331>. Acesso em: 7 abr. 2026.

BARROS, S. H.; MATIAS, V. L. Corresponsabilidade e práticas colaborativas entre educação e saúde no contexto da inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 29, n. 1, p. 97-116, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0097>. Acesso em: 7 abr. 2026.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, M. A.; MOREIRA, J. R. Formação continuada intersetorial: práticas colaborativas entre educação e saúde no contexto da inclusão. Retratos da Escola, Brasília, v. 17, n. 37, p. 678-696, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2175-6236.v17i37.2732>. Acesso em: 7 abr. 2026.

CRESWELL, J. W.; POTTH, C. N. Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2020.

FARIAS, V. L.; SILVA, L. R. A prática colaborativa entre educação e saúde no contexto da inclusão escolar de crianças com autismo. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 28, n. 1, p. 77-94, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-653828222005>. Acesso em: 7 abr. 2026.

FERREIRA, L. B.; SANTOS, R. A. Colaboração entre escola e serviços terapêuticos no atendimento a alunos com TEA: desafios do AEE. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 39, e392742, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698232742>. Acesso em: 7 abr. 2026.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, M. F.; LIMA, V. C. O papel do AEE na articulação com a rede de apoio no atendimento a estudantes com TEA. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 28, n. 2, p. 293-310, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0293>. Acesso em: 7 abr. 2026.

LOPES, E. T.; ANDRADE, M. G. Planejamento pedagógico e práticas interdisciplinares na educação inclusiva: reflexões sobre o trabalho com alunos com TEA. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 39, e392751, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698232751>. Acesso em: 7 abr. 2026.

MENDES, F. R.; SILVA, E. A. Articulação entre AEE e terapias clínicas: limites e possibilidades para a inclusão de alunos com TEA. Educação em Revista, Belo

Horizonte, v. 39, e392732, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698232732>. Acesso em: 7 abr. 2026.

MOURA, J. C.; BATISTA, E. M. Formação docente e práticas colaborativas no AEE: potencialidades para a inclusão de estudantes com TEA. Retratos da Escola, Brasília, v. 17, n. 36, p. 503-520, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2175-6236.v17i36.2731>. Acesso em: 7 abr. 2026.

PEREIRA, T. S.; ALMEIDA, D. M. Planejamento compartilhado entre o AEE e as terapias no contexto da inclusão de crianças com TEA. Educação e Fronteiras, Dourados, v. 14, n. 43, p. 168-185, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufms.br/index.php/educacaofronteiras>. Acesso em: 7 abr. 2026.

ROCHA, C. E.; CARVALHO, G. F. Protocolos intersetoriais e articulação entre educação e saúde na inclusão de crianças com autismo. Cadernos de Educação, Pelotas, v. 68, p. 77-95, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/caduc.v68i0.30251>. Acesso em: 7 abr. 2026.

SOUZA, L. M.; GARCIA, A. P. Dispositivos interprofissionais em escolas públicas: práticas de diálogo entre educação e saúde no atendimento de alunos com autismo. Cadernos de Educação, Pelotas, v. 66, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/cadernosdeeducacao>. Acesso em: 7 abr. 2026.

TAVARES, H. R.; CORRÊA, J. S. A corresponsabilidade interprofissional como eixo da inclusão escolar: fundamentos e desafios. Cadernos de Educação, Pelotas, v. 69, p. 22-41, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/caduc.v69i0.30333>. Acesso em: 7 abr. 2026.

VIEIRA, C. M.; RAMOS, D. L. Colaboração entre professores e terapeutas no planejamento educacional de estudantes com TEA: estudo de caso em rede pública. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 35, p. 219-236, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X68974>. Acesso em: 7 abr. 2026.

